

**DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, MESANGEM DE VETO 10,
Lei 1854/24.**

A mensagem de veto total encaminhada pela Chefe do Executivo Municipal, a Sr.^a Prefeita Ana Sheila Lemos Andrade, à presidência da Câmara de Vereadores, observou os prazos regimentais, sendo remetida para análise da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Nos termos regimentais, a presente mensagem de veto foi encaminhada para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que após parecer jurídico exarado pela assessoria jurídica das comissões, e do debate acurado entre seus membros entendem:

Que a Lei 1854/224, que trata da implementação da opção de pagamento da passagem do sistema de transporte público coletivo por meio de pix e código eletrônico QR-Pagamento instantâneo autorizado pelo Banco Central do Brasil, no município de vitória da Conquista e dá outras providências.

A legislação ora analisada, não observou o regramento estabelecido na Lei Orgânica do Município - LOM, e na Constituição do Estado da Bahia, nos termos estabelecidos nas razões do Veto Total, contendo em seu bojo vício de origem, uma vez que compete privativamente ao Prefeito entre outras atribuições a organização administrativa, matéria tributária e orçamentária; e regular o regime de concessão ou permissão dos serviços públicos municipais, conforme disposição dos artigos 46, 74 da LOM.

Diante do exposto, considerando as razões fundamentadas, somos favoráveis à manutenção do VETO TOTAL oposto a lei Nº.1854/2024 é como votamos.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 26 de agosto de 2024

Delegado Marcus Vinicius
Presidente

Valdemir Oliveira Dias
Membro

Edivaldo Ferreira Junior
Membro



(77) 3086-9600
Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

PARECER JURÍDICO ____/2024

ASSUNTO: VETO TOTAL A LEI Nº. 1854/2024.

EMENTA: ANÁLISE MENSAGEM DE VETO TOTAL DA LEI 1854/2024, EM CONSONANCIA COM PARECER JURÍDICO 82/2024, EXPEDIDO PELA ASSESSORIA JURÍDICA DESTA CASA LEGISLATIVA

I – RELATÓRIO

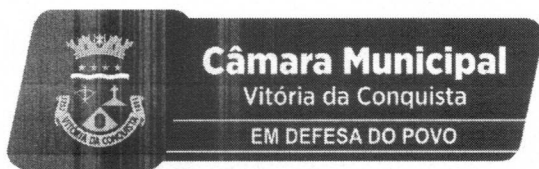
Trata-se de Mensagem de Veto encaminhada pelo Executivo Municipal, para a presidência da Câmara de Vereadores, informado o veto total da Lei 1854/2024, que trata da implementação da opção de pagamento da passagem do sistema de transporte público coletivo por meio de pix e código eletrônico QR-Pagamento instantâneo autorizado pelo Banco Central do Brasil, no município de vitória da Conquista e dá outras providências.

Pela assessoria jurídica desta Comissão, quando da Tramitação do Projeto de Lei 027/2024, foi emitido parecer jurídico nº. 082/2024, que opinou pela “*antijuridicidade e inconstitucionalidade do projeto de Lei 27/2024*”, sendo a Comissão de Legislação, Justiça e Redação final, contraria a tramitação do projeto de lei por vício de origem ou iniciativa, com espeque nos artigos 46, III, e 74 inciso I e III da Lei Orgânica do Município - LOM.

II- FUDAMENTAÇÃO LEGAL

O veto em análise, corrobora o entendimento anteriormente exarado pela Comissão de Legislação Justiça e Redação Final, observando os ditames estabelecidos na Lei Orgânica do Município.

No que tange a competência e Iniciativa, nos termos do artigo 53, §2º e §3º, da Lei Orgânica, compete ao Prefeito Municipal sancionar ou vetar os projetos no prazo de 15 dias, e informar o respectivo veto no prazo de quarenta e oito horas, vejamos:



(77) 3086-9600
Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

“Art. 53 - O projeto de lei aprovado pela Câmara será, no prazo máximo de cinco dias, enviado por seu Presidente ao Prefeito Municipal que, concordando, o sancionará no prazo de quinze dias.

§ 1º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito Municipal importará em sanção.

§ 2º Se o Prefeito Municipal considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento.

§ 3º No prazo de quarenta e oito horas após o veto, o Prefeito comunicará ao Presidente da Câmara os motivos de sua decisão.

[...]

O projeto de lei 27/2024, de iniciativa do Vereador Luciano Gomes, foi aprovado pelos vereadores desta Casa de Leis, convertido na Lei 1854/2024, sendo encaminhada ao Executivo, que por sua vez vetou totalmente a lei.

Da leitura da mensagem de veto, verifica-se com clareza a motivação e os fundamentos legais para o veto total, que aponta vício de origem, uma vez que compete privativamente ao executivo municipal a iniciativa. O arrazoadado aponta os artigos da Lei Orgânica Municipal (Art. 74, inciso I, alíneas “b” e “d”), e da Constituição do Estado da Bahia (Art. 55, caput; Art. 57; Art. 77, inciso VII) afrontados.

III - CONCLUSÃO

Por tudo que restou demonstrado, data máxima vênia e contumaz respeito, esta assessoria jurídica OPINA **favoravelmente pela manutenção do Veto total do executivo municipal**, encaminhando o parecer para apreciação da Comissão de , Legislação, Justiça e Redação Final.

Vitória da Conquista – Ba, 26 de agosto de 2024.

Leandro Almeida Aguiar
OAB-BA 22.745
Procurador Jurídico das Comissões